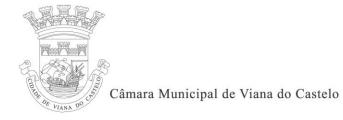


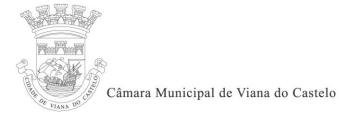
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEIS RODOVIÁRIOS (Proc.º 27/2024)

Clausulas contratuais, nos termos do artigo 96º do Codigo dos Contratos Publicos, aprovado pelo
Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro
Primeiro outorgante: Joaquim Luís Nobre Pereira, matural da freguesia de
do concelho de Estable , com morada profissional no Passeio das Mordomas da Romaria, s/n
4904-877 Viana do Castelo, o qual outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal
(habilitado pelo artigo 106º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº
18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação) e em representação do Município de Viana do
Castelo, com sede no Passeio das Mordomas da Romaria, 4904-877 Viana do Castelo, portador
do número de pessoa coletiva nº 506037258
Segundo outorgante: Carlos Manuel Ribeiro Pereira, casado, natural da freguesia de
, do concelho do , com domicílio profissional na Avenida de la Transición Espanhola
30, Parque empresarial Omega – Edifício D, Alcobendas, Madrid, portador do cartão de cidadão
nº válido até management, emitido pela República Portuguesa e do
número de identificação fiscal , o qual outorga na qualidade de (habilitado
conforme , sefetuada no Cartório notarial : Josef-Neuberger-StraBe 4,
44787 Bochum, devidamente traduzida por Margarida Maria de Noronha Soares Franco, com
certificação efetuada no dia um de abril de dois mil e vinte e dois, no cartório Notarial da
sociedade Frederico Soares Franco - Notários, SP, Unipessoal, Lda) e em representação da
empresa, B2MOBILITY GmbH, com sede em Wittener StraBe 45, 44789 Bochum, Alemanha,
com o número de identificação de pessoa coletiva 980622212, à qual, por despacho do Exmo.
Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da competência delegada pela Câmara
Municipal, de 24 de maio de dois mil e vinte e quatro, mediante o procedimento de Concurso
Público, com publicidade internacional, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código
dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual
redação, foi feita a adjudicação à representada do segundo outorgante, do Fornecimento de
Combustíveis Rodoviários, (processo n.º 27/2024). Despacho esse que aprovou a minuta do
presente contrato
a) Objeto do contrato: 1) Aquisição pela representada do primeiro outorgante à representada
do segundo outorgante, de Combustíveis Rodoviários, gasóleo e gasolina, em postos de
abastecimento públicos para Portugal Continental, em regime de fornecimento contínuo e a
Página 1 de 9



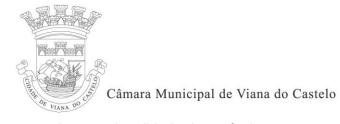
possibilidade de utilização de serviços opcionais de pagamento de portagens, de estacionamento e carregamentos de veículos elétricos, associados ou não a um identificador da Via Verde com um encargo até ao valor de 20.000,00 € (vinte mil euros) + IVA, por ano.------2) O desconto para cada tipo de combustível proposto pelo adjudicatário é único, sendo de 0,1649 € para cada tipo de combustível, Gasóleo Rodoviário e Gasolina, independentemente da quantidade e valor da aquisição e é para vigorar durante o prazo de vigência do contrato, sendo aplicado sobre o preco de venda em vigor à data de cada transação e uma comissão de 0.5% sobre os serviços adicionais de pagamento de portagens, de estacionamento e carregamentos de veículos elétricos, associados ou não a um identificador da Via Verde.------3) O somatório dos preços unitários aplicáveis a cada fornecimento, nos termos do n.º 1, multiplicados pelas quantidades efetivas de consumo, não pode, em qualquer caso, no período máximo de vigência do contrato, ser superior a 744.945,00 € (setecentos e quarenta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco euros), nº. 3 da cláusula 6ª. do caderno de encargos, que corresponderá ao preço contratual total para o presente contrato.----b) Prazo do contrato: 1) O contrato, decorrerá pelo período máximo de 3 anos a contar da data da última assinatura digital, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. ------2) O contrato cessa se, antes de decorrido o período referido no número anterior, se atingir o preço global máximo do contrato. ------3) Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o valor previsto no n.º 3 da cláusula 6.ª do caderno de encargos, o contrato extingue-se sem que assista ao fornecedor o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas----c) Entrega dos bens: 1) A aquisição de combustíveis rodoviários em postos públicos de abastecimento obriga à emissão pelo fornecedor de um único cartão eletrónico de abastecimento por viatura, sem custos para a entidade adquirente. ------2) O fornecedor deve disponibilizar nas instalações do Município de Viana do Castelo os cartões eletrónicos no período máximo de 8 (oito) dias úteis, após a requisição dos mesmos pelo município. -----3) Em caso de danos ou extravio dos cartões, o Município de Viana do Castelo comunicará ao fornecedor a ocorrência do facto por telefone e posteriormente por escrito, que deverá a partir do momento da tomada de conhecimento por telefone cancelar a validade dos cartões. -------

Página 2 de 9



4) Cabe ao fornecedor a responsabilidade pela utilização abusiva dos cartões após a
comunicação feita, nos termos do número anterior
5) A emissão de segunda via dos cartões, até um máximo de uma emissão anual por cartão, não
tem um custo adicional para o Município de Viana do Castelo
6) Os cartões eletrónicos de abastecimento devem prever os seguintes requisitos e
funcionalidades:
a) Associação a uma viatura, através da identificação pela matrícula;
b) Através da identificação pela designação da entidade e por código unívoco, que permita
identificar o organismo adquirente;
c) Associação a um contrato;
d) Ter obrigatoriamente número e um código secreto (PIN);
e) Possibilidade de fixar um limite de abastecimento em valor;
f) Possibilidade de limitar a um ou mais tipos de abastecimento;
g) Obrigatoriedade de registo da quilometragem no momento do abastecimento;
h) Contabilização de registo de quilometragem entre abastecimentos;
i) Registo dos consumos, com os seguintes dados:
i. Data, hora e local (posto, localidade) do abastecimento;
ii. Identificação do produto e da quantidade abastecida;
iii. Preço por litro praticado no local de abastecimento;
iv. Preço de venda ao público praticado no momento do abastecimento
j) Possibilidade de inibição de um cartão;
7) Para além das funcionalidades previstas no número anterior os cartões eletrónicos de
abastecimento podem prever a possibilidade de utilização de serviços opcionais de pagamento
de portagens, de estacionamento e carregamentos de veículos elétricos, associados ou não a
um identificador da Via Verde
8) O Município de Viana do Castelo deve comunicar ao fornecedor qualquer anomalia resultante
do abastecimento de combustíveis rodoviários, até ao dia útil seguinte à ocorrência
9) Quando a anomalia é imputável ao fornecedor, este fica obrigado a suportar os custos
inerentes à reposição das condições de utilização dos veículos, anteriores à ocorrência da
anomalia
-10) Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigido ao fornecedor uma
indemnização pelos custos ocorridos e prejuízos causados a pessoas, bens ou pela

Página **3** de **9**



inoperacionalidade dos veiculos
11) O fornecedor deve disponibilizar os serviços para a comunicação de anomalias resultantes
do abastecimento, esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, a solicitação de apoio
técnico, assegurando o seguinte:
a) Contatos telefónicos;
b) Um endereço de correio eletrónico;
c) Registo com um identificador das ocorrências comunicadas
12) O fornecedor obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos
e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, para além dos elencados neste artigo
13) É obrigação do fornecedor produzir e enviar os relatórios de faturação
14) No âmbito do Sistema de Gestão do Parque dos Veículos do Município é obrigação dos
contratantes produzir e enviar as listagens das transações e listagens dos cartões contratados
15) O fornecedor deve enviar as respetivas faturas mensais e as listagens das transações e dos
cartões contratados com uma periocidade mensal
-16) O não envio dos relatórios da faturação, ou a existência de erros nos mesmos que não
permitam a monitorização da fatura, tem um efeito suspensivo no pagamento das faturas em
dívida até à regularização da situação em causa
-17) Para os efeitos no número anterior, o Município de Viana do Castelo deverá notificar
previamente o fornecedor para, num prazo não superior a 5 dias, enviarem o relatório em falta
ou corrigir a informação em falta no relatório enviado
-18) Os relatórios de faturação devem conter os seguintes elementos:
a) Para abastecimento em postos públicos:
i. Identidade da entidade adquirente e respetivo Número de Identificação de Pessoa Coletiva
(NIPC);
ii. Número de contrato;
iii. Identificação do posto de abastecimento;
iv. Datas de início e de fim do contrato;
v. Identificação do combustível rodoviário;
vi. Quantidade em litros;

Página **4** de **9**



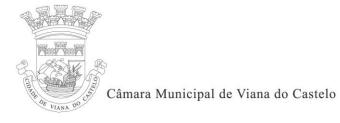
vii. valor do consumo em edros,
viii. Quilometragem no momento do abastecimento;
ix. Número de quilómetros entre abastecimentos;
x. Identificação de possíveis irregularidades
d) Obrigações principais do fornecedor: 1) Sem prejuízo de outras obrigações previstas na
legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do
contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
b) Obrigação de garantia dos bens
2) O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as
características, especificações e requisitos técnicos legais
3) Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados
para os fins a que se destinam
4) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos
relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à
conformidade dos bens
5) O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou
discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são
entregues
6) Sempre que a Autarquia assim o entenda, poderá ser feita a recolha de amostras dos produtos
fornecidos para análise por entidades credenciadas, de modo a verificar a sua conformidade com
a legislação em vigor à data do fornecimento
7) Sempre que por motivos legais, os bens objeto a contratar sofram alterações na sua
composição, modo de armazenamento, de transporte ou de fornecimento, o contraente é
obrigado a manter as suas condições de fornecimento durante a vigência do contrato
8) O fornecimento dos bens objeto, apenas poderá ser efetuado, utilizando equipamentos e
materiais homologados para o efeito, devendo o Adjudicatário ter sempre presente no momento
da entrega, a respetiva documentação
9) O sistema de quantificação dos bens objeto a fornecer, nomeadamente o equipamento de
medida a utilizar no ato da entrega, deverá estar legalmente aferido, devendo o Adjudicatário ter
sempre presente, a respetiva documentação

Página **5** de **9**



e) Condições de pagamento: 1) As quantias devidas pelo Município de Viana do Castelo, nos
termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção das respetivas
faturas, as quais devem ser emitidas mensalmente e cumprir com o disposto no artigo 36.º do
CIVA e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, e após a execução do
serviço, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA, Lei
nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;
2.) Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são
devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo
período correspondente à mora
3) Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas
faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos,
ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder
à emissão de nova fatura corrigida
4) A fatura apenas será visada, desde que não existam incorreções na mesma, ou que todos os
pontos do Caderno de Encargos tenham sido cumpridos
5) No caso de existir algum motivo para que a fatura não seja visada e se a mesma não for
corrigida ou prestados os esclarecimentos necessários, no prazo de 5 (cinco) dias após
comunicação por parte da entidade adjudicante, será a mesma devolvida ao adjudicatário
6) As faturas serão emitidas em nome do Município de Viana do Castelo NIF: 506037258, sito
no Passeio das Mordomas da Romaria, e remetidas para a Contabilidade, (fatura eletrónica,
emitida nos termos do artigo 299º-B do CCP, salvo quanto às micro, pequenas e médias
empresas, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto),
com referência aos documentos que lhe deram origem;
7) Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos nº1 e 4, as faturas são pagas
através de transferência bancária
f) Penalidades contratuais: 1). Em caso de resolução do contrato por incumprimento do
fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de até 20% do preço
contratual
2. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias
pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso
na entrega se tenha verificado
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta,

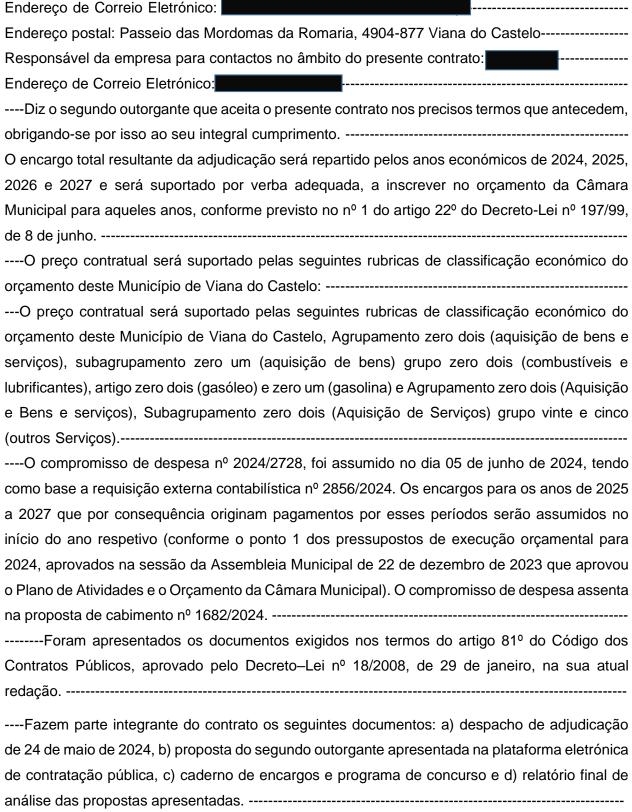
Página **6** de **9**



nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor
e as consequências do incumprimento
4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com
as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula
5. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade
adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento,
cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo
g) Caução: 1) O segundo outorgante prestou uma caução mediante a apresentação de garantia
bancária do Banco BNP PARIBAS, CORPORATE & INSTITUTIONAL BANKING, no valor de
37.247,25 € (trinta e sete mil duzentos e quarenta e sete euros e vinte e cinco cêntimos), que
corresponde a 5% do preço contratual total do contrato, previsto no ponto 3. da cláusula 6ª. do
caderno de encargos2) A caução a que se refere o número anterior é liberada nos termos do
artigo 295º do Código dos Contratos Públicos
h) Resolução por parte do município: 1) Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do
contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório,
no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe
incumbem
i) Subcontratação e cessão da posição contratual: 1) A subcontratação pelo fornecedor e a
cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos
termos do Código dos Contratos Públicos
2) Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os
pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no
artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual
na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos
concorrentes
j) Comunicações e Notificações:1. As comunicações entre o contraente público e o
cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em
português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico, ou por via postal, por meio de
carta registada ou de carta registada com aviso de receção
2. Para efeitos do número anterior, identificam-se as informações de contacto do contraente
público:
Gestor de contrato:

Página **7** de **9**





Página 8 de 9



O presente contrato e também celebrado ao abrigo do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junno,
e demais legislação aplicável
Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do
Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto – Juízo de Contratos Públicos, com expressa renúncia
a qualquer outro
Paços do Concelho de Viana do Castelo
Primeiro outorgante:
Segundo outorgante:

Página **9** de **9**